

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH UNACON DO HOSPITAL REGIONAL DE TUCURUI

CNPJ nº 23.453.830/0013-03
Demonstrações Financeiras

Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)				Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)			
Ativo	Nota	2018	2017	Nota	2018	2017	
			(Reapresentado)			(Reapresentado)	
Circulante		4.727.999	3.572.140	Receitas Operacionais	14 6.669.875	7.207.571	
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.723.478	2.981.145	Serviços prestados pacientes SUS	11.059.128	7.207.571	
Contas a receber	5	939.800	501.261	(-) Glosa por implantação	(4.389.253)	-	
Estoques		53.172	54.886	Custos	(4.939.384)	(4.802.386)	
Adiantamento a funcionário		1.100	28.265	Serviços de terceiros	(2.596.378)	(2.996.643)	
Outros Créditos		6.319	6.583	Pessoal e encargos	(1.915.912)	(1.461.319)	
Despesas Antecipada		4.130	-	Materiais e medicamentos	(427.094)	(344.424)	
Não Circulante		2.052.411	1.914.033	Despesas	(1.240.864)	(1.090.610)	
Partes relacionadas	8	1.366.352	1.366.352	Pessoal e encargos	(478.978)	(365.330)	
Imobilizado líquido	6	15.033	16.481	Despesas gerais e administrativas	15 (703.308)	(670.910)	
Intangível líquido	7	110.090	154.434	Depreciação/amortização	(106.375)	(103.526)	
Imobilizado - contrato de gestão líquido	6	554.976	368.039	Impostos, taxas e contribuições	(6.144)	(9.175)	
Intangível - contrato de gestão líquido	7	5.960	8.727	Outras receitas e despesas operacionais	53.941	58.331	
Total do Ativo		6.780.410	5.486.173	Financeiras, Líquidas	166.983	226.629	
Passivo		2018	2017	Despesas financeiras	(9.984)	(10.651)	
			(Reapresentado)	Receitas financeiras	176.967	237.280	
Circulante		825.257	536.209	Superávit do Exercício	656.610	1.541.204	
Fornecedores	9	367.147	199.785	Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios			
Obrigações trabalhistas	10	310.722	239.126	Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)			
Obrigações sociais	11	76.349	53.501		2018	2017	
Obrigações fiscais		9.363	11.386	Fluxos de caixa de atividades operacionais		(Reapresentado)	
Partes relacionadas	8	61.676	32.411	Superávit do exercício	656.610	1.541.204	
Não Circulante		3.452.198	376.766	Ajustes para reconciliar o resultado			
Receitas diferidas	12	3.452.198	376.766	Depreciação/amortizações	106.375	103.526	
Patrimônio Líquido	13	2.502.955	4.573.198	Superávit ajustado	762.985	1.644.730	
Patrimônio Social		1.846.345	3.031.994	Variações no circulante das contas de ativo e passivo	194.836	176.346	
Superávit acumulado		656.610	1.541.204	(Aumento) / redução de outros créditos	(411.110)	62.778	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		6.780.410	5.486.173	Redução de estoques	1.714	63.471	
				Aumento despesas antecipadas	(4.130)	-	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios				Redução de fornecedores	167.362	88.398	
Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)				Aumento de obrigações trabalhistas	71.596	18.108	
	Patrimônio Social	Transfe- rências	Superávit acumulado	Aumento de obrigações sociais	22.848	5.505	
Descrição				redução de obrigações tributárias	(2.023)	(4.017)	
Em 31 de dezembro de 2016		(262.905)	3.294.465	Aumento/(redução) das obrigações - não circulante	3.075.432	(58.331)	
Incorporação ao Patrimônio Social	3.031.560	262.905	(3.294.465)	Ajustes patrimoniais	(2.726.853)	434	
Ajustes patrimoniais (Nota 13)	434	-	-	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	957.821	1.821.076	
Superávit do exercício	-	-	-	Atividades de investimentos	(244.753)	(22.268)	
Em 31 de dezembro de 2017	3.031.994	-	1.541.204	Aquisição de imobilizado	(244.753)	(15.388)	
Incorporação ao Patrimônio Social	1.541.204	-	(1.541.204)	Aquisição de bens do intangível	-	(6.880)	
Ajustes patrimoniais (Nota 13)	(2.726.853)	-	-	Atividades de financiamentos	29.265	(65.490)	
Superávit do exercício	-	-	-	Transações com partes relacionadas	29.265	(65.490)	
Em 31 de dezembro de 2018	1.846.345	-	656.610	Aumento no caixa e equivalentes de caixa	742.333	1.733.318	
				Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			
				Saldo existente no início do exercício	2.981.145	1.247.827	
				Saldo existente no final do exercício	3.723.478	2.981.145	
				Aumento no caixa e equivalentes de caixa	742.333	1.733.318	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 - Em (R\$)

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Unidade de Assistência de Alta Oncologia (UNACON) do Hospital Regional do Tucuruí foi inaugurada oficialmente pelo Governo do Estado do Pará em 29 de julho de 2016, com o objetivo de disponibilizar exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) para o tratamento de pacientes portadores de câncer. O serviço de Quimioterapia possui 13 (treze) poltronas e 2 (dois) leitos de retaguarda, além de oferecer serviços ambulatoriais especializados em oncologia: consultas oncológicas, radioterapia, quimioterapia, análises clínicas, ultrassonografia, endoscopia e colonoscopia. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita. A UNACON está situada à Avenida Amazonias, S/N - Vila Permanente, na cidade de Tucuruí, Estado do Pará - PA **b) Contrato de Gestão:** A UNACON do Hospital Regional do Tucuruí é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 10 de março de 2016, por meio de contrato de gestão nº 003/SESPA/2016, vigente até 09 de março de 2020. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITC 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 18 de março de 2019. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou continua >

liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos: Nas demonstrações contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade.

l) Patrimônio líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Reapresentação de Saldos do Exercício de 2017:** A Administração da Entidade optou por reapresentar alguns saldos do exercício de 2017, em virtude de melhor apresentação, divulgação e comparabilidade das demonstrações contábeis, em conformidade com o pronunciamento contábil, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro.

	2018	2017
4. Caixa e Equivalentes de Caixa		
Caixa	1.000	307
Banco conta movimento	530.109	69.302
Aplicações em CDB - custeio	3.192.369	2.911.536
	3.723.478	2.981.145

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas

Imobilizado contrato de Gestão

Valor líquido contábil	Ap. Med e Cirurg. 10%	Equip. Informática 10%	Instalações 10%	Inst. de Cirurgia 10%	Maquinas e Equip. 10%	Construção Andamento	Móveis e Utensílios hosp. 10%	Moveis e Utensílios 10%	Total
Saldo em 31/12/2017									
Saldo inicial	97.586	97.825	35.660	8.256	72.412	-	111.666	-	423.405
Depreciação	(10.095)	(21.402)	(3.754)	(870)	(7.615)	-	(11.630)	-	(55.366)
Saldo Final	87.491	76.423	31.906	7.386	64.797	-	100.036	-	368.039
Saldo em 31/12/2018									
Saldo inicial	87.491	76.423	31.906	7.386	64.797	-	100.036	-	368.039
Aquisição	-	83.336	80.000	-	-	72.079	-	9.018	244.433
Depreciação	(10.095)	(22.791)	(4.420)	(869)	(7.616)	-	(11.630)	(75)	(57.496)
Saldo final	77.396	136.968	107.486	6.517	57.181	72.079	88.406	8.943	554.976

7. Intangível Direito de uso 20% Software 20% Total

Saldo em 31 de dezembro de 2017			
Saldo inicial	189.019	2.191	191.210
Aquisição	6.880	-	6.880
Depreciação	(42.962)	(694)	(43.656)
Saldo final	152.937	1.497	154.434

Saldo em 31 de dezembro de 2018

Saldo inicial	152.937	1.497	154.434
Aquisição	-	-	-
Depreciação	(43.906)	(438)	(44.344)
Saldo final	109.031	1.059	110.090

Contrato de Gestão Direito de uso 20% Total

Saldo em 31 de dezembro de 2017		
Saldo inicial	11.693	11.693
Depreciação	(2.966)	(2.966)
Saldo final	8.727	8.727

Saldo em 31 de dezembro de 2018

Saldo inicial	8.727	8.727
Depreciação	(2.767)	(2.767)
Saldo final	5.960	5.960

8. Partes Relacionadas: O montante a receber de R\$ 1.366.352, refere-se a recursos a receber de hospitais relacionados sob a mesma gestão. O saldo a pagar de R\$ 61.676 refere-se a serviços laboratoriais prestados por hospitais relacionados sob a mesma gestão, bem como serviços da gestão.

9. Fornecedores

	2018	2017
Materiais e medicamentos	35.775	19.540
Serviços médicos	110.630	112.268
Serviços	134.746	62.936
Diversos	85.996	5.041
	367.147	199.785

10. Obrigações Trabalhistas

	2018	2017
Obrigações com pessoal	144.086	87.513
Provisão de férias	154.328	140.383
Provisão FGTS s/férias	12.308	11.230
	310.722	239.126

11. Obrigações Sociais

	2018	2017
INSS a recolher	11.231	9.300
FGTS a recolher	20.239	15.456
IRRF s/ folha a recolher	44.879	28.545
Contribuição Sindical a recolher	-	200
	76.349	53.501

12. Receitas Diferidas: Em 2018, a Entidade recebeu da SESP, o montante de R\$ 3.128.660, como verba de investimento, conforme 5º aditivo contratual nº 003/2016 a ser destinada para reforma na área oncológica, sendo utilizada apenas R\$ 237.397 e o saldo residual foi mantido em aplicação financeira. O montante demonstrado no grupo de receita diferida, em 31/12/2018, refere-se à entrada do recurso a ser utilizado na aquisição do imobilizado/intangível pelo contrato de gestão, contabilizando a depreciação mensal dos bens na conta receita diferida no passivo conforme abaixo:

	2018	2017
Imobilizado - contrato de gestão	691.075	446.642
Intangível - contrato de gestão	12.848	12.848
Total investido em ativo	703.923	459.490
Depreciação/amortização acumulada	(142.988)	(82.724)
Total imobilizado/intangível líquido	560.935	376.766
(+) Saldo para investimento	2.891.263	-
Receta diferida	3.452.198	376.766

13. Patrimônio Líquido: O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit) ou deduzidos por insuficiências (déficit). O valor de ajuste patrimonial de R\$ 2.726.853, refere-se a ajustes de exercícios anteriores, referente devolução de recursos sobressalentes às verbas de custeio, sendo recebidas posteriormente sob a rubrica de verbas de investimento.

	2018	2017
14. Receitas Operacionais		
Receitas faturadas	6.669.875	7.207.571
Expectativa contratual de receitas	4.389.253	-
	11.059.128	7.207.571
(-) Glosa por implantação	(4.389.253)	-
	6.669.875	7.207.571

do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo. **5. Contas a Receber:** Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 09/03/2020 e podendo ser prorrogado até 09/03/2021.

	2018	2017
Contrato 003/2016 - SESP	939.800	501.261
	939.800	501.261

6. Imobilizado	Mov. Utensílios 10%	Instr.de Cirurgia 10%	Aparelho Medicina 10%	Maquinas e Equipamentos 10%	Total
Saldo em 31/12/2017					
Saldo inicial	2.632	-	-	-	2.632
Aquisição	2.728	9.448	3.212	-	15.388
Depreciação	(405)	(866)	(268)	-	(1.539)
Saldo final	4.955	8.582	2.944	-	16.481
Saldo em 31/12/2018					
Saldo inicial	4.955	8.582	2.944	-	16.481
Aquisição	-	-	-	320	320
Depreciação	(552)	(945)	(268)	(3)	(1.768)
Saldo final	4.403	7.637	2.676	317	15.033

Valor líquido contábil	Ap. Med e Cirurg. 10%	Equip. Informática 10%	Instalações 10%	Inst. de Cirurgia 10%	Maquinas e Equip. 10%	Construção Andamento	Móveis e Utensílios hosp. 10%	Moveis e Utensílios 10%	Total
Saldo em 31/12/2017									
Saldo inicial	97.586	97.825	35.660	8.256	72.412	-	111.666	-	423.405
Depreciação	(10.095)	(21.402)	(3.754)	(870)	(7.615)	-	(11.630)	-	(55.366)
Saldo Final	87.491	76.423	31.906	7.386	64.797	-	100.036	-	368.039
Saldo em 31/12/2018									
Saldo inicial	87.491	76.423	31.906	7.386	64.797	-	100.036	-	368.039
Aquisição	-	83.336	80.000	-	-	72.079	-	9.018	244.433
Depreciação	(10.095)	(22.791)	(4.420)	(869)	(7.616)	-	(11.630)	(75)	(57.496)
Saldo final	77.396	136.968	107.486	6.517	57.181	72.079	88.406	8.943	554.976

Em 2018, a Entidade apresentou na rubrica de receitas por expectativa contratual o montante relativo aos repasses do contrato gestão esperados para o exercício, assim como a correspondente baixa no montante de R\$ 4.389.253, relativa a glosa de recebimentos por processo de implantação operacional.

15. Despesas Gerais e Administrativas

	2018	2017
Serviços de gestão	(427.810)	(260.580)
Internet	(41.520)	(30.940)
Aluguel de máquinas	(25.230)	(27.137)
Viagens e hospedagens	(92.252)	(123.172)
Manutenção e conservação	(30.278)	(15.436)
Outros	(86.218)	(213.645)
	(703.308)	(670.910)

16. Renúncia Fiscal: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros,3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2018	2017
Cota patronal	377.409	319.045
Terceiros	109.449	92.523
RAT/SAT	37.741	31.905
Total INSS	524.599	443.473
COFINS	212.172	216.227
Total COFINS	212.172	216.227

17. Cobertura de Seguros: Em 2018, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

18. Instrumentos Financeiros: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2018	2017
Aplicações financeiras	3.192.369	2.911.536
Contas a receber	939.800	501.261
Total ativos financeiros	4.132.169	3.412.797
Fornecedores	367.147	199.785
Total passivos financeiros	367.147	199.785

19. Gestão de Riscos: Risco de liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. Tucuruí - PA, 19 de março de 2019.

continuação

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH UNACON do Hospital Regional de Tucuruí** – TUCURUÍ – PA. Examinamos as demonstrações contábeis do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / UNACON do Hospital Regional de Tucuruí**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / UNACON do Hospital Regional de Tucuruí**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisão ou baixa para Créditos de liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis incerteza de recebimento e renegociação com ente público. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração sobre o recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela adequação dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação do contas a receber realizável. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto ao término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. ii) As demonstrações contábeis foram preparadas em base contábil de continuidade operacional, entretanto, chamamos a atenção sobre a necessidade de renovação contratual para continuidade de gestão da unidade, a qual tem previsão de prorrogação contratual até 09 de março de 2021. iii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas em condições de mercado ou com outras partes. iv) Conforme demonstrado na nota explicativa 14, a Entidade reconheceu na demonstração de resultados, em 2018, a previsão de receitas relativas a expectativa de repasses do contrato gestão. Em contrapartida, registrou a correspondente baixa no montante de R\$ 4.389.253, relativa a glosa de recebimentos, em virtude do processo de implantação operacional. Desta forma chamamos a atenção sobre efeito nulo no contas a receber e superávit do

exercício. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 30 de março de 2018, sem modificações. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2019.
Planners Auditores Independentes
 CRC.SP. nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398
Valter Piovam
 Contador CRC 1SP146651/O-0 - CNAI n.º 1.018

Protocolo: 416962

Ronaldo Franco
José Maria de Vilar Ferreira
4 SÉCULOS DE CHUVAS

CAMINHOS
Um Portfólio

Raimundo Carlos Gaby Jr.

Edições
70e
4009-7817

